



MPF
FLS. _____
2ª CCR

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 6518/2016

INQUÉRITO POLICIAL Nº 0006213-68.2015.4.05.8100 (IPL Nº 525/2014)

ORIGEM: 11ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

PROCURADOR OFICIANTE: RÔMULO MOREIRA CONRADO

RELATORA: LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN

INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL CRIME DE ESTELIONATO CONTRA O INSS (CP, ART. 171, §3º). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO JÁ HOMOLOGADA POR ESTA 2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. CPP, ART. 28 C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. REMESSA DIRETA. POSSIBILIDADE. CF, ART. 129, I; LC Nº 75/93, ART. 62, IV; CPP, ART. 28. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. NÃO CONHECIMENTO DA REMESSA. REITERAÇÃO DOS EXATOS TERMOS DA DECISÃO PROFERIDA NA 649ª SESSÃO ORDINÁRIA.

1. Inquérito Policial instaurado para apurar possível crime de estelionato contra o INSS (CP, art. 171, §3º), em razão do recebimento indevido de amparo social à pessoa portadora de deficiência, no período de 12/2001 a 06/2012, causando um prejuízo de R\$ 62.644,25 aos cofres públicos.

2. A Procuradora da República oficiante promoveu o arquivamento do inquérito policial, por não vislumbrar conduta fraudulenta ou ardil por parte do investigado.

3. Por decisão unânime, este Colegiado, acolhendo os fundamentos invocados pela Procuradora oficiante, homologou o arquivamento, nos termos do Voto nº 3379/2016, proferido na 649ª Sessão Ordinária, realizada em 06/06/2016.

4. Devolvidos os autos à origem, o MPF os encaminhou à Justiça Federal, para providenciar seu arquivamento físico, tendo o Juiz Federal discordado do procedimento adotado, ressaltando que *“Quanto ao fato do representante ministerial considerar que a sua homologação administrativa de fl. 114, por si, tem força de determinação de arquivamento do inquérito policial, restando ao juízo somente encaminhar os autos ao arquivo, com as anotações e devida baixa ao sistema da Justiça Federal, creio não existir fundamento legal para tal assertiva, senão vejamos.”*

5. A presente remessa não merece ser conhecida. Há que se ressaltar, desde logo, a possibilidade jurídica incontestada de a promoção de arquivamento de inquérito policial pelo órgão ministerial ser submetida diretamente à 2ª CCR para homologação.

6. A interpretação do art. 28 do CPP não pode ser meramente literal. Deve-se proceder a uma interpretação sistemática que leve em conta não apenas o previsto no referido dispositivo legal, também o quanto previsto no art. 129, inc. I, da CF, no art. 62, IV, da LC nº 75/93 e na Orientação Conjunta nº 01/2015.

7. Afigura-se, pois, juridicamente plausível e, mesmo, inarredável, o conhecimento por esta Câmara de Coordenação e Revisão Criminal, para fins de homologação, de promoção de arquivamento formulada nos autos de inquérito policial.

8. Não conhecimento da presente remessa, reiterando os termos da decisão proferida por esta 2ª CCR na 649ª Sessão Ordinária, realizada em 06/06/2016.

Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar possível crime de estelionato contra o INSS (CP, art. 171, §3º), em razão do recebimento indevido de amparo social à pessoa portadora de deficiência, por Jander Bezerra Vasconcelos, no período de 12/2001 a 06/2012, causando um prejuízo de R\$ 62.644,25 aos cofres públicos.

A Procuradora da República oficiante promoveu o arquivamento do inquérito policial, por não vislumbrar conduta fraudulenta ou ardil por parte do investigado, uma vez que a informação (exercício de atividade remunerada) estava “aos olhos” do INSS (fls. 110/111).

Por decisão unânime, este Colegiado, acolhendo os fundamentos invocados pela Procuradora oficiante, homologou o arquivamento, nos termos do Voto nº 3379/2016, da lavra da Subprocuradora-Geral da República Raquel Elias Ferreira Dodge, na 649ª Sessão Ordinária, realizada em 06/06/2016 (fl. 113).

Devolvidos os autos à origem, o MPF os encaminhou à Justiça Federal, para providenciar seu arquivamento físico (fls. 115/116).

Ocorre, entretanto, que o Juiz Federal discordou do procedimento adotado, ressaltando que *“Quanto ao fato do representante ministerial considerar que a sua homologação administrativa de fl. 114, por si, tem força de determinação de arquivamento do inquérito policial, restando ao juízo somente encaminhar os autos ao arquivo, com as anotações e devida baixa ao sistema da Justiça Federal, creio não existir fundamento legal para tal assertiva, senão vejamos.”* (fls. 118/120-v).

O Procurador da República Rômulo Moreira Conrado insistiu no arquivamento físico dos autos e na baixa nos sistemas da Justiça Federal, tendo o Magistrado, então, encaminhado os autos a esta 2ª CCR, por aplicação analógica do disposto no art. 28 do CPP.

É o relatório.

A presente remessa não merece ser conhecida.

Há que se ressaltar, desde logo, a possibilidade jurídica incontestada de a promoção de arquivamento de inquérito policial pelo órgão ministerial ser submetida diretamente à 2ª CCR para homologação.

A interpretação do art. 28 do CPP não pode ser meramente literal. Deve ser feita em harmonia com o ordenamento jurídico vigente.

Nos termos do art. 28 do CPP, *“se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento do inquérito policial ou de quaisquer peças de informação, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do inquérito ou peças de informação ao procurador-geral (...)”*.

Contudo, não se pode ignorar o fato de que o Código de Processo Penal data do ano de 1941, ou seja, muito antes da vigência da atual Constituição Federal e da Lei Complementar nº 75/93, cujos dispositivos recomendam uma nova leitura da sistemática tradicional.

Daí a necessidade de se proceder a uma interpretação sistemática que leve em conta não só o disposto literalmente no art. 28 do CPP, mas também o constante da superveniente Constituição da República (art. 129), bem como da igualmente inovadora LC nº 75/93 (art. 62, IV):

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:
I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
(...).

Art. 62. Compete às Câmaras de Coordenação e Revisão:
(...)
IV - **manifestar-se sobre o arquivamento de inquérito policial**, inquérito parlamentar ou peças de informação, exceto nos casos de competência originária do Procurador-Geral;

Nesse contexto, oportuno trazer a colação as palavras de Afrânio Silva Jardim¹, *verbis*:

Salientamos em trabalho anterior que **a tendência de nossa legislação é purificar ao máximo o sistema acusatório, entregando a cada um dos sujeitos processuais funções não apenas precípuas, mas absolutamente exclusivas**, o que dá ao réu a segurança de um processo penal mais democrático, na medida em que o órgão julgador tem a sua neutralidade integralmente preservada (*Reflexão teórica sobre o processo penal*, estudo publicado pela Editora Forense).

Tal evidência fica patenteada pelo Projeto do Código de Processo Penal, que ora se encontra em tramitação no Senado Federal, onde se retira o Juiz de qualquer atividade persecutória, em prol da sua indispensável imparcialidade. Impõe-se banir do nosso sistema processual os resquícios do inquisitorialismo ainda existentes, tais como as regras dos arts. 5º, inc. II, 26, 23, II, 531, todos

¹ JARDIM, Afrânio Silva. *Direito Processual Penal*, 11ª ed., Forense, Rio de Janeiro, 2003, p. 312.

do Código de Processo Penal, bem como a Lei nº 4.611/65. Tal se deu com a nova Constituição: art. 129.

Ao órgão jurisdicional deve-se reservar, de forma exclusiva, a nobre função de julgar as pretensões deduzidas pelas partes, ficando equidistante dos interesses em conflito porventura existentes no processo. (...).

Afigura-se, pois, juridicamente plausível e, mesmo, inarredável, o conhecimento por esta Câmara de Coordenação e Revisão Criminal, para fins de homologação, de promoção de arquivamento formulada nos autos de inquérito policial, a teor do disposto no art. 62, IV, da LC nº 75/93.

Nesse sentido, foi editada a Orientação Conjunta nº 01/2015/MPF, recomendando que os Membros do Ministério Público Federal atuantes em ofícios vinculados às 2ª, 5ª e 7ª Câmaras a submeterem as promoções de arquivamento de inquéritos policiais, de procedimentos investigatórios criminais (PICs) e de notícias de fato ou peças de informação diretamente à Câmara competente, para fins de revisão.

Diante do exposto, não conheço da presente remessa, reiterando os exatos termos da decisão proferida por este Colegiado na 649ª Sessão Ordinária, realizada em 06/06/2016.

Devolvam-se os autos ao Juízo de origem, para as providências cabíveis, cientificando-se o Procurador da República oficiante, com as homenagens de estilo.

Brasília/DF, 09 de setembro de 2016.

LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN
Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora – 2ª CCR